

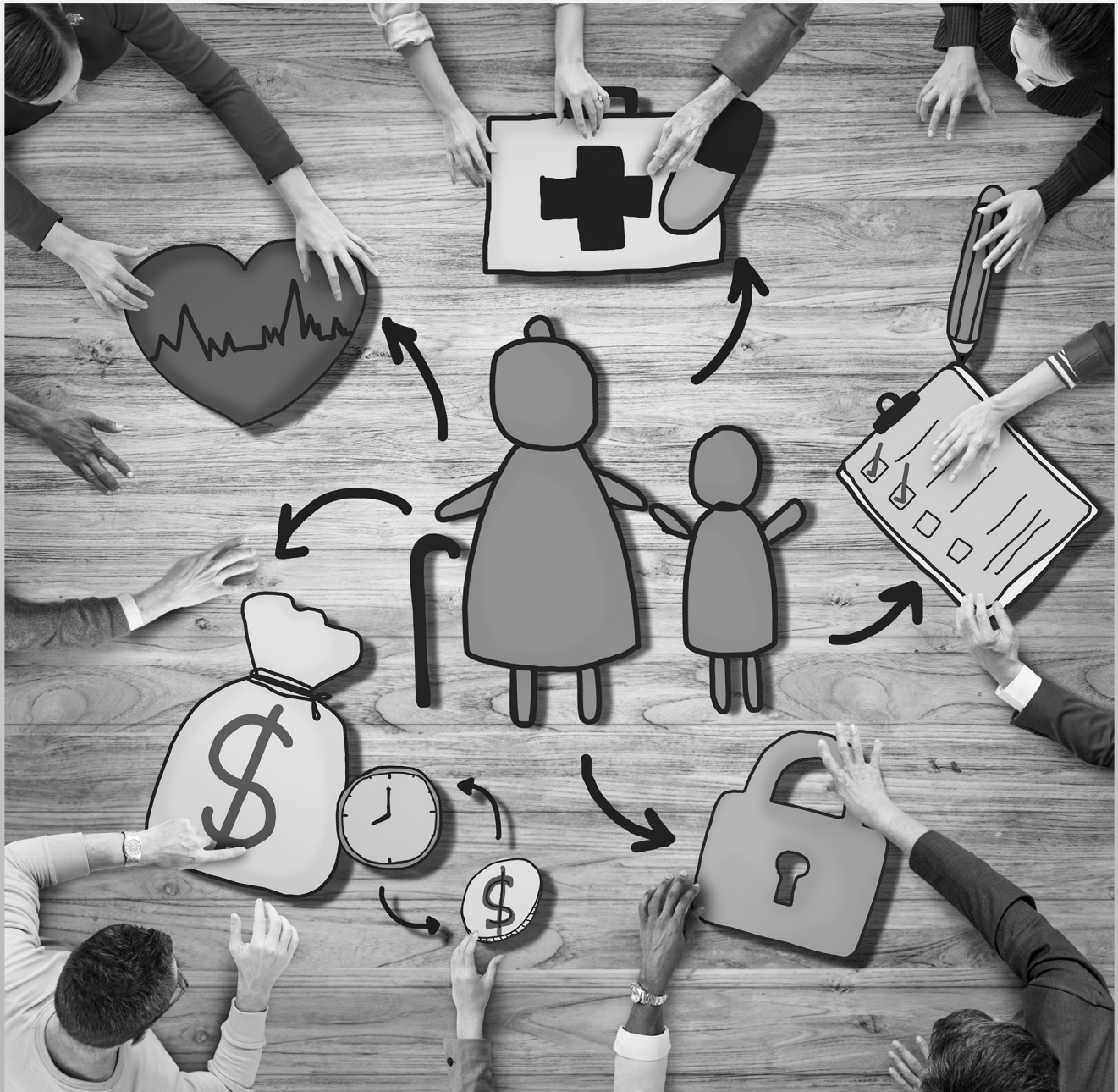


Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos de subjetivação no serviço social

5

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P963 Processos de subjetivação no serviço social 5 [recurso eletrônico] /
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR:
Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-230-2

DOI 10.22533/at.ed.302202907

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços
sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| A EXPROPRIAÇÃO DA TERRA: ELEMENTOS E GÊNESE DA PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA NA EUROPA | |
| Taiane Macêdo Silva Adriana Freire Pereira Ferriz Emanuel Luiz Pereira da Silva Vanessa Carla Borges de Lima Thaúanna Gomes Cavalcante | |
| DOI 10.22533/at.ed.3022029071 | |
| CAPÍTULO 2 | 7 |
| SANEAMENTO BÁSICO: FATORES HISTÓRICOS E DESIGUALDADES PERSISTENTES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS | |
| Andressa Caroline de Lima Giovana Galvan Marli Renate von Borstel Roesler | |
| DOI 10.22533/at.ed.3022029072 | |
| CAPÍTULO 3 | 19 |
| A SOBREVIVÊNCIA NO URBANO: OS ARTESÃOS NA FEIRINHA DA PRAIA GRANDE DE SÃO LUÍS | |
| Rayssa Cordeiro Silva Carvalho Rocha Alanna Larissa Aragão Teles Giovanna de Abreu Araujo | |
| DOI 10.22533/at.ed.3022029073 | |
| CAPÍTULO 4 | 28 |
| O JORNAL COMO INSTRUMENTO DE ORGANIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: O CASO DO <i>JORNAL DA PERIFERIA</i> | |
| Rozinaldo Antonio Miani | |
| DOI 10.22533/at.ed.3022029074 | |
| CAPÍTULO 5 | 39 |
| JARDIM GRAMACHO: TERRITÓRIO EXTRAORDINÁRIO DO LIXO E DA INJUSTIÇA AMBIENTAL | |
| Valéria Pereira Bastos Mariana Andrade Lobo Silva Raphaella Ximenes Pimentel | |
| DOI 10.22533/at.ed.3022029075 | |
| CAPÍTULO 6 | 52 |
| REFLEXÕES SOBRE O DESLOCAMENTO DO CORPO NEGRO REFUGIADO NO BRASIL | |
| Mayara Castro de Souza | |
| DOI 10.22533/at.ed.3022029076 | |
| CAPÍTULO 7 | 61 |
| CONTROLE SOCIAL: UMA REFLEXÃO ACERCA DO PAPEL DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS | |
| Renata Antônia de Souza Ramos | |
| DOI 10.22533/at.ed.3022029077 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 8 | 72 |
| BREVE ANÁLISE E REFLEXÃO HISTÓRICA ACERCA DAS POLÍTICAS SOCIAIS, E DA QUESTÃO SOCIAL NA CIDADE DE SÃO FERNANDO-RN | |
| Francisco das Chagas dos Santos Alves | |
| DOI 10.22533/at.ed.3022029078 | |
| CAPÍTULO 9 | 84 |
| CONCEITO DE REFÚGIO E AMPARO LEGAL: ALGUMAS PROBLEMATIZAÇÕES | |
| Carla Juliana Biesdorf | |
| Rosane Janczura | |
| Tatiana Almeida Andrade Moreno | |
| DOI 10.22533/at.ed.3022029079 | |
| CAPÍTULO 10 | 95 |
| A INSERÇÃO DOS REFUGIADOS EM UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: UM DEBATE SOBRE AS POSSIBILIDADES DE INGRESSO | |
| Carla Juliana Biesdorf | |
| Fabio Jardel Gaviragui | |
| Rosane Janczura | |
| Tatiana Almeida Andrade Moreno | |
| DOI 10.22533/at.ed.30220290710 | |
| CAPÍTULO 11 | 107 |
| A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM DEBATE | |
| Giuliana Barbosa da Rocha | |
| Maria de Lourdes Soares | |
| DOI 10.22533/at.ed.30220290711 | |
| CAPÍTULO 12 | 120 |
| POPULAÇÃO NEGRA E RACISMO NO BRASIL: DETERMINAÇÕES ESTRUTURAIS E SUBALTERNIZAÇÃO | |
| Kíssia Wendy Silva de Sousa | |
| Luciana Batista de Oliveira Cantalice | |
| DOI 10.22533/at.ed.30220290712 | |
| CAPÍTULO 13 | 128 |
| OS REFLEXOS DO PERÍODO COLONIAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: A QUESTÃO DA SEXUALIZAÇÃO E OBJETIFICAÇÃO DA MULHER NEGRA NO BRASIL | |
| Jocy Helena da Costa Pantoja | |
| Mayara Alves Azevedo | |
| Luiza Silva Favacho | |
| Marcela Martins Maia | |
| DOI 10.22533/at.ed.30220290713 | |
| CAPÍTULO 14 | 136 |
| PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 – MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (MROSC) NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CONTROLE SOCIAL: A EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI-PR | |
| Bruna Eloise Souza Vettor | |
| Juliana Moura dos Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.30220290714 | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 15 | 148 |
| SEGURIDADE SOCIAL E DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO: A REFORMA ESTRUTURAL E SEUS REFLEXOS NO TRABALHO | |
| João Paulo Zanin Júnior | |
| DOI 10.22533/at.ed.30220290715 | |
| CAPÍTULO 16 | 158 |
| POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APONTAMENTOS CRÍTICOS | |
| Haidée de Caez Pedroso Rodrigues | |
| DOI 10.22533/at.ed.30220290716 | |
| CAPÍTULO 17 | 170 |
| A IMPORTÂNCIA DA CATEGORIA TRABALHO NO DEBATE COM USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | |
| Vera Suzart Barbosa | |
| Francilene Gomes Fernandes | |
| Priscila Beralda Moreira de Oliveira | |
| Calvin Batista Campos | |
| DOI 10.22533/at.ed.30220290717 | |
| CAPÍTULO 18 | 178 |
| CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ESTADO DE MISERABILIDADE NA APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA | |
| Juliana Castro Torres | |
| Paula Martins da Silva Costa | |
| DOI 10.22533/at.ed.30220290718 | |
| CAPÍTULO 19 | 190 |
| O ACESSO E A ASSISTÊNCIA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA UFRN | |
| Lenita Maria dos Santos Fernandes | |
| Cintia Paixão da Silva | |
| DOI 10.22533/at.ed.30220290719 | |
| SOBRE A ORGANIZADORA | 200 |
| ÍNDICE REMISSIVO | 201 |

SANEAMENTO BÁSICO: FATORES HISTÓRICOS E DESIGUALDADES PERSISTENTES AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Data de aceite: 01/07/2020

Andressa Caroline de Lima

GEPPAS/Unioeste/CNPq.

Toledo

<http://lattes.cnpq.br/5458828426906793>

Giovana Galvan

GEPPAS/Unioeste/CNPq.

Toledo

<http://lattes.cnpq.br/7319476094023388>

Marli Renate von Borstel Roesler

GEPPAS/Unioeste/CNPq.

Toledo

<https://orcid.org/0000-0002-5474-7877>

RESUMO: A partir de uma análise bibliográfica, este artigo tem como objetivo a reflexão e discussão de um modo geral de uma das principais características do capitalismo e da sociedade de classes, a desigualdade social e econômica e como elas afetam a cada um quando relacionadas ao direito fundamental de acesso à política de saneamento básico de qualidade. A essencial intervenção do Estado não é suficiente ou então não é interessante devido à baixa visibilidade eleitoral cabendo, no contexto propositivo crítico interdisciplinar, ao profissional da assistência social intervenções

em projetos que possam garantir direitos fundamentais conquistados e para muitos, ainda violados.

PALAVRAS-CHAVE: Saneamento; Infraestrutura; Direitos fundamentais.

ABSTRACT: Based on a bibliographical analysis, this article aims to reflect and discuss in a general way one of the main characteristics of capitalism and class society, social and economic inequality and how they affect each one when related to the fundamental right access to quality basic sanitation policy. The essential intervention of the State is not enough or else it is not interesting due to its low electoral visibility. In the context of critical interdisciplinary proposals, it is the responsibility of the social welfare worker to intervene in projects that can guarantee fundamental rights won, and for many, still violated.

KEYWORDS: Sanitation; Infrastructure; Fundamental rights.

1 | INTRODUÇÃO

“Sanear” é uma palavra que vem do latim e significa “tornar saudável, higienizar e limpar”. Rodrigo Barros

O tema saneamento ou saneamento

básico não diz respeito apenas a uma preocupação da sociedade moderna, desde a antiguidade vem se desenhando o que conhecemos hoje pelo conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais, dentre eles, instalações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais urbanas, compreendidos como essenciais e fundamentais à seguridade vital.

Saneamento ou Saneamento Ambiental – é o conjunto de ações socioeconômicas que têm como objetivo alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, por intermédio de: abastecimento de água potável; coleta e disposição sanitária de resíduos líquidos, sólidos e gasosos; promoção da disciplina sanitária do uso e ocupação do solo; drenagem; controle de vetores e reservatórios de doenças transmissíveis, melhorias sanitárias domiciliares, educação sanitária e ambiental e demais serviços especializados com a finalidade de proteger e melhorar a condição de vida, tanto nos centros urbanos quanto nas comunidades rurais. (MINISTERIO DA SAUDE, 2002, p. 6).

Este é apenas um dos conceitos que encontramos acerca do que entendemos hoje por saneamento ou saneamento ambiental. Percebe-se, que em especial no Brasil, este conceito foi construído através de embates e discussões que embasaram a fundamentação do saneamento básico, sendo que atualmente as discussões estão voltadas mais na luta à garantia de direitos humanos fundamentais, como esse, um direito que se vincula a condição de dignidade da vida, de seguridade vital, em tempos vividos nos quais se relativiza sua importância.

A Política de Saneamento Básico no Brasil, estabelecida em 2007 pela Lei n. 11445 (BRASIL, 2007), institui as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, mencionar o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais afetas. Contudo, explicita que tais serviços públicos serão realizados de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente, com controle social, com base nos seguintes princípios fundamentais: universalização do acesso e integralidade, compreendida como o conjunto de atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, tendo por propósito assegurar à população o acesso de acordo com suas necessidades, com eficácia das ações e dos resultados, dentre outros. (BRASIL, 2007).

O artigo discorre assim, sobre avanços e desafios na conquista da universalização do acesso, da integralização dos serviços e discrepâncias entre os princípios fundamentais preconizados na legislação e a realidade vivida por milhões de brasileiros e cidadãos planetários, quanto a segurança, qualidade, regularidade e continuidade do saneamento básico, que envolve, dentre outras ações. Assim, reitera-se, nas notas introdutórias, a imprescindível articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde, de recursos hídricos e outras imprescindíveis, concebidas como direitos fundamentais e constitucionais destinadas à melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante, como fundamentadas na política

brasileira e em resoluções internacionais.

2 | CARACTERIZAÇÃO E HISTORICIDADE MUNDIAL E NACIONAL

O Saneamento Básico está vinculado as condutas higiênicas da população e as tecnologias disponíveis, políticas públicas, controle social, equilíbrio do meio e saúde ambiental (ARCHANJO, 2017). Seus principais componentes são abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem/manejo das águas pluviais urbanas.

Em suma, sua precariedade ou total ausência faz com que ocorra a potencialização de proliferação de algumas doenças e a geração de alguns determinados desconfortos em relação a saúde da população. Com relação ao passado da humanidade, essa falta de atenção ao saneamento foi marcada por epidemias devastadoras que foram potencializadas, na época, pela falta de conhecimento científico sobre a relação das presentes enfermidades e a ausência de saneamento básico. (ARCHANJO, 2017).

Porém, em alguns relatos históricos, aponta que já na Idade Antiga aprendeu-se que a água suja e o acúmulo de lixo disseminavam doenças, sendo assim, foi preciso que criassem algumas técnicas para a obtenção de água limpa e também para se livrar dos resíduos. No século V d.C. o homem passou a desenvolver algumas técnicas importantes, entre elas está a irrigação, a construção de diques e também as canalizações superficiais e subterrâneas, surgindo então, medidas sanitárias. Neste período, cada região tem seu exemplo de técnicas e desenvolvimentos, sendo o império romano o mais avançado no que se refere a questão do saneamento. (BARROS, 2018).

Com a chegada da Idade Média, houve um grande retrocesso no abastecimento em relação ao aspecto sanitário. Depois que o império romano (que era detentor de quase todo tipo de tecnologia sanitária) foi derrotado, novas regiões foram surgindo, e enquanto os romanos já faziam captação de longas distâncias, essas novas regiões faziam diretamente dos rios mais próximos, estando eles ou não contaminados. Após a ruína total de Roma, todo seu conhecimento ficou arquivado em mosteiros religiosos, e então, ensinamentos sobre hidráulica, saneamento e sua gestão foram ignorados durante todo o decorrer da Idade Média, o que acabou gerando grandes epidemias e proliferações de doenças. (BARROS, 2018).

Quanto ao Brasil, veremos historicamente que o saneamento não foi prioritário no período de colonização, e em um primeiro momento apenas o abastecimento de água era o investimento que se tinha em relação saneamento. A partir da chegada da Idade Moderna, o primeiro registro de saneamento no Brasil ocorreu em 1561, quando Estácio de Sá (fundador do Rio de Janeiro) mandou construir o primeiro poço para o abastecimento de água da cidade. Após isso, o Brasil só entra para o mapa do saneamento em 1620, onde se teve início a construção do primeiro aqueduto, porém suas obras só foram concluídas

mais de cem anos depois, em 1723, sendo entregue a população como o primeiro sistema de abastecimento de água do país. Em seu período colonial as ações de saneamento eram feitas apenas de forma individual, através de drenagem de terreno e construção de chafarizes. (BARROS, 2018).

Só depois de 1940 que se iniciou a comercialização dos serviços de saneamento, surgindo assim as autarquias e mecanismos de financiamento para o abastecimento de água, ocorreu através da influência do que na época era denominado de SESP (Serviço Especial de Saúde Pública), sendo hoje denominada de FUNASA (Fundação Nacional de Saúde). (BARROS, 2018).

No decorrer dos anos, as civilizações foram evoluindo e tornando-se mais complexas, o homem passa a intervir fisicamente no meio, onde passa dar mais importância ao seu conforto, bem-estar e proteção de sua salubridade. Começa, então, um conjunto de iniciativas que visam criar condições adequadas a vida, trazendo proteção à saúde humana, através de intervenções no meio ambiente, no sentido de torna-lo produtor de saúde e bem-estar. (BARROS, 2018).

Durante a ditadura brasileira, formularam-se planos e programas foram estabelecidos, mas a principal solução apresentada pelo governo federal foi basicamente na centralização e na autossustentação. “A partir de 1968 o Sistema Financeiro de Saneamento é subordinado ao BNH, que a partir de então passa a conduzir os destinos da política nacional de saneamento.” (JACOBI, 2017, online).

Ao tentar a minimização dos problemas que foram surgindo ao longo do tempo, ocorre então a criação de diretrizes de implementação, medidas e infraestrutura no Brasil. A partir de 1971 instituiu-se o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), que define metas setoriais para todo o país e também instrumentos institucionais e financeiros para a sua implantação: a dinâmica a ser exercida pelas empresas estaduais de saneamento básico e o Banco Nacional de Habitação. (JACOBI, 2017). Mesmo assim, um de seus grandes obstáculos, que foi discutido durante anos foi a disputa de quem deveria gerenciar essas diretrizes (governos federal, estadual ou municipal). (BARROS, 2018).

Depois de intensos embates e trazendo a visão do interesse local, os serviços públicos de saneamento básico, sua execução se tornou responsabilidade dos municípios, de forma direta por empresas autônomas municipais, de forma indireta ou ainda mediante concessão a empresas públicas estaduais ou privadas. Sendo esta decisão fundamentada pela Lei Federal nº 11.445 (BRASIL, 2007), chamada de Lei Nacional do Saneamento Básico – LNSB, que é sancionada no dia 05 de janeiro de 2007.

3 | POLÍTICAS E PLANOS: FEDERAL E ESTADUAL

No Brasil hoje existe uma Política Nacional de Saneamento Básico, e a fundamentação da política se dá a partir da Carta Magna do Brasil, ou melhor, da Constituição Federal de

1988 no art. 21 inciso IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social. (BRASIL, 2016).

Juntamente à Constituição Federal de 1988 a fundamentação da Política Nacional de Saneamento encontra-se também na Lei 8080/90, Lei do SUS (Sistema Único de Saúde).

A Lei nº 8.080/1990, que criou o Sistema Único de Saúde (SUS), trouxe como obrigação desse sistema promover, proteger e recuperar a saúde, englobando a promoção de ações de saneamento básico e de vigilância sanitária. A noção de saúde contemplada na Lei considera como seus fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. Em diversas de suas definições e determinações, o saneamento básico assume papel central na política de saúde pública. Ou seja, o SUS reconhece explicitamente a importância do saneamento básico para a melhoria das condições de saúde da população. Além disso, a Lei nº 9.433/1997, que estabelece a política nacional de recursos hídricos, define como objetivo a garantia da disponibilidade de água para gerações futuras. (PLANSAB, 2013, p.10).

Assim sendo, a Política Nacional de Saneamento é fruto de uma construção histórica pautada nos direitos do cidadão brasileiro em consonância à conservação do meio ambiente, afinal não é possível trazer em pauta a questão do saneamento sem nos preocuparmos com a promoção da saúde.

A Política Nacional de Saneamento Básico está amparada pela Lei nº 11.445 instituída em 05 de janeiro de 2007 (BRASIL, 2007), que estabelece as diretrizes do saneamento básico a toda população, determinando que todo município elabore seu Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB. Assegura a participação e o controle social em todas as etapas de elaboração, implantação e fiscalização das ações propostas. O plano se torna um importante meio de gestão, permitindo aos municípios o conhecimento da sua situação de prestação de serviços de saneamento, trazendo a possibilidade de definição de metas a serem cumpridos e objetivos para a melhoria e ampliação da cobertura dos serviços prestados. Além disso, a existência desse plano possibilita a condição de acesso aos recursos orçamentários repassados pela União, ou então por ela administrados, quando esse recurso é destinado ao saneamento básico.

A Lei do Saneamento Básico -11.445/2007 - Prioriza a construção de sistemas de esgotamento sanitários nas cidades. Caso inexistam tais ações, as soluções individuais, como construções de fossas domésticas são permitidas, desde que não afetem negativamente o ambiente. (TRATA, 2017).

Poucas são as autoridades que dedicam alguma atenção especial as ações de saneamento em suas cidades. Isso acontece porque este tipo de ação tem uma baixa visibilidade do ponto de vista eleitoral, sendo assim investimentos em infraestrutura de saneamento costumam ficar sempre ao final dos planejamentos orçamentários definidos pelos governantes. (TRATA, 2017).

Foi estipulado, após várias prorrogações do Decreto 7.217/2010 que regulamentou a Política Nacional de Saneamento Básico, que antes previa sua data limite em 31 de

dezembro de 2013, passando por 2015, 2017 até chegar a 31 de dezembro de 2019 sendo estabelecida no Decreto 9.254 em 29 de dezembro de 2017, que o plano de saneamento básico será a condição principal para que se tenha o devido acesso a recursos da União ou então geridos por órgãos ou entidade da administração pública federal. (BRASIL, 2017).

Uma pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) entre abril e setembro de 2018, elaborada através de questionários respondidos pelas prefeituras, mostrou que entre os 5.570 municípios brasileiros, 2.126 têm política de saneamento básico e mesmo que não seja algo regulamentado por instrumento legal, equivale a 38,2% do total e apesar do baixo percentual, este índice avançou 10 pontos percentuais desde 2011, quando apenas 28,2% tinham uma política estruturada para a área. (IBGE, 2018).

A pesquisa apresentada não tem como requisito a avaliação da qualidade e a efetiva prestação de serviços. E em se tratando do plano municipal de saneamento, que traz em sua elaboração o detalhamento das ações, diagnóstico, objetivos e metas de universalização, o percentual passou de 10,9% em 2011 para 41,5% em 2017. (IBGE, 2018).

Ao se tratar do controle social dos serviços, apenas 17,2% dos municípios, totalizando 958, afirmam ter um Conselho Municipal de Saneamento. Dos citados acima, 816 eram exclusivos da área e 142 estavam em conjunto com outras políticas existentes, exemplificando, os conselhos dessas cidades estavam vinculados com as políticas de meio ambiente, saúde ou então de desenvolvimento urbano. E mesmo com a existência declarada, 41,5% deles não haviam realizado nenhuma reunião se quer nos últimos 12 meses que antecediam a data de realização da pesquisa. Mesmo assim, houve um grande avanço, pois em 2011 apenas 195 municípios declararam a existência de um conselho que tratava de saneamento. (IBGE, 2018)

Em 2011, o Fundo Municipal de Saneamento Básico, fonte de recursos destinados exclusivamente para a área, estava presente em 215 municípios, ou seja, 3,9%. Já em 2018, está presente em 580 municípios, 10,4% do total. (IBGE, 2018). Hoje, o saneamento básico é administrado por consórcios em 30,2% dos municípios, segundo informações dadas pelas próprias prefeituras foram que 16,3% delas, há um sistema de informações públicas e 31,4% tinham ouvidoria ou central de atendimento ao usuário. (IBGE, 2018).

Com relação ao estado do Paraná, a responsabilidade fica para a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR, online), que consiste em uma empresa brasileira, estatal de economia mista e que detém a concessão dos serviços públicos de saneamento básico dentro do estado. A Sanepar é uma das únicas empresas brasileiras que trata 100% do esgoto coletado, sabendo-se que a média nacional é de 42%. Em se tratando de água potável, o atendimento é de 100% nos municípios atuantes da empresa, o que chega a 10 milhões de pessoas beneficiadas (Agência de Notícias do Paraná). Sua história se inicia a da Lei n4.684 de 23 de janeiro de 1963, sancionada pelo então governador Ney Amintas de

Barros Braga, que autorizou o poder executivo a constituição d uma sociedade por ações com a denominação social de Companhia de Água e Esgotos do Paraná (AGEPAR). Mas em 1964 a denominação foi alterada para Sanepar. (SANEPAR, 2018, online)

Os investimentos da companhia somaram cerca de 8 bilhões de reais desde 2011 até o ano de 2018, sendo que algumas obras ainda estão em andamento ou já estão projetadas. O maior acionista é o estado do Paraná que detém 60%, o restante pertence ao Consorcio Domino que tem em seu corpo de acionistas capitais nacionais e franceses. (SANEPAR, 2018, online).

Ao fazermos uma reflexão sobre a importância do saneamento básico na vida das pessoas, precisamos também observar com relação à importância da educação ambiental como possibilidade de desenvolvimento da consciência crítica do cidadão e cidadã. A inserção do tema no contexto legislativo e educacional passa a ter maior visibilidade a partir da Constituição de 1988, art. 225 que trata da Ordem Social e do Meio Ambiente, assegurando e efetivando a todos no referido art. o “direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida [...]”, impondo-se nessa direção de defesa e garantia de direitos fundamentais universais e indivisíveis “ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. O parágrafo I, inciso VI, incumbe ao poder público e destaca que para assegurar a efetividade desse direito, a relevância de se “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. (BRASIL, 1988).

A Educação Ambiental foi inserida na Legislação Brasileira Educacional em 20 de dezembro de 1996 na importância da Lei n 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que em um de seus tópicos prevê que na formação básica do cidadão seja assegurada a compreensão do meio ambiente natural e social (BRASIL, 1996), e esta compreensão traz ao cidadão o valor real de um ambiente equilibrado e igualitário a todos/as. Sendo o comprometimento com o saneamento básico um fator essencial para a garantia de uma melhor saúde da população.

4 | POPULAÇÕES ATINGIDAS PELA FALTA DE SANEAMENTO BASICO: RISCOS A SAUDE E AO BEM ESTAR

As manifestações da questão ambiental têm um vínculo muito forte com o modo de produção capitalista que traz arraigado em si a destrutividade ambiental e social, isto ocorre devido a necessidade de manter o consumo crescente se tornando indispensável a exploração do trabalhador e da natureza. Causando o aumento da degradação da natureza em função da extração crescente e indiscriminada de matérias-primas, aumento de produção de resíduos e gases poluentes. (SOARES, 2013).

Alguns dados publicados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SINIS, 2017), relata que dez anos após o lançamento da Lei do Saneamento Básico no Brasil somente a metade da população brasileira possui acesso a sistemas de esgotamento sanitário, ou seja, mais de 100 milhões de pessoas utilizam iniciativas particulares para solucionar o problema de escoamento sanitário. (SINIS, 2018, online). Como sabemos, nem todos tem uma renda suficiente para retirar uma parte para possibilitar a construção de foças ou outro tipo de solução, e o que muito acontece são os “jeitinhos” que são dados, de maneira criativa mas de extrema precariedade a saúde e ao meio ambiente, uma dessas soluções ou jeitinhos mais conhecidos é o lançamento de águas vindas dos domicílios em vias públicas ou no meio hídrico (ARCHANJO, 2017).

Dados publicados em 19 de setembro de 2018 traz a realidade de que mais de 3 mil municípios não tem sequer algum tipo de planejamento para tratamento de água e esgoto, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, manejo e drenagem das águas pluviais urbanas, dentro deste contexto, é normal que nessas cidades ocorram surtos de verminoses, diarreias e dengues que são problemas intimamente relacionados as condições de saneamento. (SINIS, 2018, online).

A região onde mais se tem indicadores alarmantes pela falta de saneamento é a Norte, os números são extremamente preocupantes, pois somente 8,7% da população tem acesso a rede de esgoto, e somente 16,4% do esgoto é tratado antes de ser lançado no ambiente. Nesta região o número de abastecimento de água se sobrepõe ao de esgotamento sanitário, onde 291 municípios são beneficiados pelo abastecimento, mas somente 24 municípios tem seu esgoto tratado. (SINIS, 2017, online) Dentre as mais atingidas pelas consequências da falta de saneamento estão mulheres e crianças que vivem na pobreza, assim como a população afrodescendente, as populações rurais e as pessoas que vivem em assentamentos informais. (ONU, 2018).

Esta falta de saneamento básico a uma grande parte da população está vinculada com o fator de classes, a desigualdade social é o que mais se encontra quando se pesquisa o porquê do saneamento não estar chegando. Isso ocorre pela falta de interesse, principalmente por parte dos políticos, de investir em lugares com pouca visibilidade.

Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), as mulheres negras são as mais afetadas pela falta de saneamento no Brasil, isso ocorre porque as mulheres em sua maioria desempenham atividades domésticas e cuidados com pessoas, e a falta de água afeta de maneira mais intensa a sua vida do que a dos homens. (ONU, 2019). A falta de acesso ao saneamento básico atinge prioritariamente as mulheres autodeclaradas pardas, indígenas e pretas no Brasil. Nesses grupos, as taxas de incidência de escoamento sanitário inadequado foram de 24,3%, 33,0% e 40,9%, respectivamente. (ONU BR, 2019).

Ao analisar todos os fatos decorrentes a falta de saneamento e também a indiferença do Estado em alguns de seus aspectos primordiais, podemos perceber que o papel o do Assistente Social se torna de extrema importância ao trazer o acesso as políticas

públicas para esses usuários, e também, o papel interventivo do profissional pode muitas vezes trazer uma melhoria para aquele meio, podendo ser feita através de um projeto de trabalho bem elaborado. Ha uma necessidade recorrente de controle social “na elaboração e execução de políticas públicas, por meio da participação permanente dos cidadãos, principalmente de forma coletiva, na gestão do uso dos recursos ambientais e nas decisões que afetam a qualidade do meio ambiente” (IBAMA, 2002, p. 9).

O resgate da memória do Trabalho Social vinculado à política de saneamento é um desafio que se coloca ao Serviço Social em função desse campo vir se constituindo ao longo da história como um importante e pouco sistematizado espaço de inserção dos assistentes sociais.

Reconhecemos a importância do trabalho do assistente social na política de saneamento, porém ao analisarmos a história da profissão no Brasil entendemos que a profissão em seu primeiro momento serviu muito mais ao Estado como forma de controle social. (ALONSO, 2016, p.92)

Como vimos anteriormente no Brasil a questão do saneamento está em processo de modificação e construção desde sua colonização, porém ganha mais espaço no período desenvolvimentista e é neste período que surge pela primeira vez a assistência social atuando no saneamento básico. A atuação do assistente social tem uma trajetória longa junto aos direitos fundamentais do homem na questão do saneamento, desde o Serviço Social tradicional, o profissional está presente no desenvolvimento urbano das cidades.

[...] a partir de 1975, o Trabalho Social passou a ser uma exigência nos Programas Habitacionais das Companhias de Habitação e nos Programas de Cooperativas Habitacionais. Na década seguinte, se expandiu para o PROMORAR, João de Barro, PROFILURB e Programa de Saneamento para as Populações de Baixa Renda (PROSANEAR). Nesse momento, já se transitava do caráter administrativo do trabalho para a qualificação no sentido de orientar o mutuário (...). É nesse período que se estruturam objetivos, estratégias e os tempos metodológicos do trabalho — anterior, durante e após as obras. (ALONSO, 2016, p.87)

Enfatiza-se que atuar junto aos programas habitacionais proporcionou ao assistente social uma proximidade maior com populações de baixa renda, assim, como levou este profissional a conhecer e atuar dentro das comunidades em um período em que o próprio Serviço Social estava reescrevendo sua história tentando romper com bases tradicionalistas. Assim, o Serviço Social caminha a um longo período com o projeto de saneamento básico do Brasil, e o trabalho do profissional sobrepõe-se as dificuldades iniciais de se colocar em um ambiente que outrora fora apenas das engenharias em que em um primeiro momento atuou no controle social, para conquistar um espaço de trabalho condizente com as diretrizes atuais da profissão.

Conforme a Lei nº 8662/93 são competências da profissão do assistente social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do

âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população. (CFESS, 2009)

De acordo com as competências supracitadas o assistente social tem condições de se inserir neste campo de trabalho de forma propositiva, crítica, com ações sustentadas nos eixos teóricos-metodológicos, ético-político e técnico-operativo, onde o projeto ético-político do serviço social constitui ferramenta essencial e referência a todos os profissionais que buscam imprimir um diferencial de qualidade em seu exercício profissional; no meio acadêmico se insere através da ampliação de cursos de especialização Lato Sensu e stricto sensu e trabalhos científicos; na área de ensino através de disciplinas relacionadas. A atuação do assistente social remete a novas exigências que proporcionam a apreensão das dimensões sociais e políticas do ambiental. (SOARES, 2013, p. 202).

Segundo Soares (2013):

[...] as possibilidades de atuação do assistente social na área socioambiental são visíveis, de forma mais expressiva no âmbito de elaboração de programas e projetos ambientais; em estudos de impactos socialmente elaborados, principalmente, para efetuar as ações de remanejamento de população atingida por determinada obra; em situações de desastres; vinculadas ao processo de Educação Ambiental articulados à defesa da melhoria na qualidade dos serviços prestados pelas instituições às quais se vinculam. (SOARES, 2013 p. 202).

A aplicabilidade dessas atribuições e competências dentro da Política do Saneamento Básico se torna de extrema importância a partir do momento em que o profissional da assistência ao elaborar sua proposta de trabalho não se esqueça de sempre referenciar os princípios éticos fundamentais, (CFESS, 1993), pois juntamente com a lei traz fortalecimento a prática, e também sem deixar de sempre estar baseado na leitura da realidade, o que torna a pesquisa um elemento fundamental para o trabalho, pois um profissional respaldado com dados da realidade traz uma legitimação a sua proposta o que lhe confirma qualidade. (CFESS, 2009).

Na elaboração de projetos ambientais, destaca-se a participação do assistente social no âmbito de estudos de impacto ambiental (EIA) – este estudo torna-se necessário para a liberação da obra - elaborados, principalmente, para efetuar ações de remanejamento de população atingida por determinada obra. (SOARES, 2013),

Normalmente em casos de tragédias, como enchentes ou desabamentos, assistentes sociais desenvolvem inúmeras atividades, como: assumem locais de abrigos temporários, participam de grupos de discussões sobre o acontecimento com a população atingida, com outras categorias profissionais e com as autoridades, fazem encaminhamentos das pessoas para o atendimento médico e psicológico, atendem e cadastram as famílias, coletando dados sobre as perdas materiais e, principalmente, buscando informações sobre pessoas desaparecidas ou vítimas fatais, orientam a população quanto a seus direitos, entre outras atividades. E tudo isso é permeado pela preocupação de tais práticas não caírem no assistencialismo ou voluntarismo. (CFESS, 2012^a, p.2).

Não é apenas em casos de tragédias como fora citado que o Assistente Social no

exercício da profissão está comprometido com a ética profissional. Mas sim, em todas as suas ações, buscando a efetivação dos direitos humanos, justiça social e autonomia dos cidadãos no enfrentamento das questões socioambientais com vistas à superação das desigualdades persistentes e de situações de violência.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao findar do processo desse artigo, podemos perceber o quão ainda deve-se avançar para que o direito ao bem-estar e a saúde sejam colocados em primeiro plano diante dos governantes. Mas, sobretudo, os

[...] assistentes sociais devem ter como elemento norteador a busca por incorporar os avanços legados pela teoria crítica ao debate sobre o meio ambiente, os quais têm propiciado a problematização da “questão ambiental” em sua radicalidade histórica ao mesmo tempo em que tem favorecido a construção de propostas efetivas de intervenção neste campo. [...] O projeto ético-político do Serviço Social constitui ferramenta essencial e referência a todos os profissionais que buscam imprimir um diferencial de qualidade no pantanoso terreno do debate ambiental (SILVA, 2010, p. 9).

Reitera-se que as principais dificuldades e obstáculos que impediram e impedem o desenvolvimento pleno e o crescimento da área de saneamento, na direção de efetivação de direitos fundamentais, são eles: a falta de planejamento adequado; o volume insuficiente de investimentos; deficiências na gestão das companhias de saneamento e a baixa qualidade técnica dos projetos e a dificuldade para obter financiamentos e licenças para as obras. Podemos salientar que a falta de investimento vem muito também pela falta de importância que se dá para a área do saneamento, o Estado tem mais visibilidade quando investe em saúde ao saneamento, sendo que, ao nos debruçarmos sobre pesquisas recentes podemos ver que se o investimento em saneamento fosse genuíno muitas doenças poderiam ser prevenidas.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Marianne Oslay Cortes. **Serviço social e saneamento - uma análise do trabalho social nos empreendimentos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do PAC no Rio de Janeiro**. Orientadora: Valéria Pereira Bastos. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2016. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/27913/27913.PDF>>. Acesso em: 08 abril de 2019.

ARCHANJO, Paulo Cesar Vieira. **O insistente descaso com o saneamento básico no Brasil**. 2017. Disponível em:< <https://www.sabedoriapolitica.com.br>>. Acesso em: 27 março de 2019.

BARROCO, Maria Lucia Silva; HELENA, Terra Sylvia. **Código de ética do (a) assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2014.

BARROS, Rodrigo. **História do Saneamento Básico e tratamento de água e esgoto**. 2018. Disponível em < <http://www.eosconsultores.com.br>>. Acesso em: 26 de março de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Saneamento Básico**. Brasília: 2002. Disponível em <<http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saneamento.pdf>>. Acesso em 08 abril de 2019.

BRASIL. **Lei n. 9.795, de 27 de abr. de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF abr. 1999 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm>. Acesso em 30 abril de 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 05 de jan. de 2007**. Lei do Saneamento Básico, Brasília, DF jan. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Lei/L11445.htm>. Acesso em 22 março de 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Saneamento Básico, de 06 dez. de 2013**. PLANSAB, Brasília, DF dez 2013. Disponível em: <http://www.cecol.fsp.usp.br/dcms/uploads/arquivos/1446465969_BrasilPlanoNacionalDeSaneamentoB%C3%A1sico-2013.pdf>. Acesso em 05 abril de 2019

BRASIL. **Constituição (1988)**, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

CFESS. CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL. **Regulamentação da Profissão** (Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993). Brasília: CFESS, 1993a.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Publicação CFESS/ABEPSS, v. 1, 2009.

DEMOGRÁFICO, **IBGE Censo**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 março de 2019.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Como o IBAMA exerce a educação ambiental**. Disponível em:<<http://www.ibama.gov.br/>>. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde**; São Paulo 1974-1984, editora Cortez: 1993.

LIMA, Andressa C., GALVAN, Giovana, ROESLER, Marli R. von B. **Saneamento Básico: fatores históricos e desigualdades persistentes aos direitos fundamentais**. Londrina: 2019. Disponível em: <<https://www.congressoservicosocialuel.com.br/images/Anais-do-III-Congresso-Internacional-de-Politica-Social-e-Servico-Social-2019.pdf>>

SANEPAR. **História do Saneamento no Paraná**. Disponível em <<http://site.sanepar.com.br/>>. Acesso em 25 março de 2019.

SILVA, M. G. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOARES, Letícia Nunes. A questão socioambiental e a atuação do Assistente Social. In: **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 12, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/13337/9623>>. Acesso em 08 abril de 2019

TRATA Brasil. **Conheça a política de saneamento básico no Brasil**. 2018. Disponível em:< www.tratabrasil.org.br>. Acesso em: 27 março de 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento 91, 94, 97, 98, 104, 111, 113, 115

Acumulação 1, 2, 3, 4, 6, 22, 30, 58, 59, 60, 108, 109, 116, 123, 158, 159, 160, 161, 162, 163

Adolescentes 64, 113, 115, 181, 187

Assistência Social 7, 15, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 77, 78, 80, 82, 83, 96, 107, 110, 113, 114, 115, 117, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 158, 159, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 188, 193, 197, 198, 200

B

Benefício 48, 49, 82, 90, 164, 166, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189

Bolsa Família 72, 73, 80, 81, 82, 158, 159, 164, 165, 168, 169, 182, 183

C

Capitalismo 1, 2, 4, 6, 7, 23, 32, 50, 59, 75, 76, 77, 109, 121, 123, 159, 166, 169, 177, 192

Capitalista 2, 3, 5, 6, 13, 21, 22, 23, 26, 30, 31, 32, 38, 47, 53, 58, 59, 82, 93, 108, 109, 112, 114, 115, 116, 121, 123, 126, 160, 166, 171, 172, 174, 175, 176, 192, 193

Conselho 12, 18, 33, 38, 61, 62, 67, 68, 69, 70, 99, 136, 138, 141, 143, 146, 173, 192, 193, 199

Controle Social 8, 9, 11, 12, 15, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 136, 137, 142, 145, 147, 163, 165

D

Deficiência 64, 168, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Desigualdade Social 7, 14, 43, 59, 72, 73, 77, 78, 80, 81, 82, 120, 166, 175

Direito 4, 7, 8, 13, 17, 39, 44, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 68, 70, 71, 75, 84, 85, 88, 89, 90, 92, 94, 102, 105, 113, 114, 125, 138, 148, 154, 156, 160, 161, 163, 168, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 186, 187, 189, 191, 194

Direitos 3, 7, 8, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 37, 52, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 69, 70, 72, 74, 76, 77, 80, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 110, 113, 114, 115, 116, 118, 121, 122, 132, 137, 140, 142, 144, 154, 156, 160, 162, 164, 165, 167, 168, 173, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 188, 190, 191, 192, 193, 197, 198, 200

E

Educação 8, 11, 13, 16, 18, 36, 42, 43, 80, 81, 82, 85, 96, 97, 98, 101, 102, 103, 105, 117, 122, 164, 166, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

Estado 6, 7, 12, 13, 14, 15, 17, 25, 26, 30, 31, 32, 41, 42, 50, 57, 63, 64, 68, 69, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 93, 97, 98, 100, 101, 102, 107, 108, 110, 111, 118, 121, 125, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 145, 147, 159, 160, 161, 163, 167, 168, 169, 173, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 193, 194, 197, 198

Estigma 43, 46, 128, 129, 130, 132, 134, 135

Europa 1, 2, 4, 57, 58, 76, 85, 87, 89, 90, 108, 109

J

Jornal 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

L

Lixo 9, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51

M

Mulher 56, 58, 113, 114, 115, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 149

N

Negra 57, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Negro 42, 52, 55, 57, 58, 60, 122, 123, 124, 127, 129, 133

O

Objetificação 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Organizações da Sociedade Civil 67, 136, 137, 138, 145, 146

P

Participação 11, 15, 16, 28, 38, 50, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 80, 137, 139, 142, 143, 144, 145, 150, 160, 161, 163, 176, 180, 185, 187

Periferia 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38

Pessoa com Deficiência 179, 180, 181, 184, 185, 186, 187, 188, 193, 194

Planejamento 14, 17, 78, 82, 83, 100, 136, 140, 141, 142, 143, 145, 146

Política Social 28, 39, 64, 83, 136, 158, 160, 163, 165, 168, 169, 192, 198, 200

Políticas Públicas 9, 14, 15, 18, 23, 30, 32, 38, 39, 48, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 78, 80, 107, 110, 112, 113, 115, 116, 120, 138, 141, 143, 145, 147, 176, 197, 200

Políticas Sociais 15, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 82, 104, 112, 117, 118, 120, 138, 158, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 178, 181, 192, 200

População 4, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 21, 35, 36, 41, 42, 43, 44, 47, 64, 65, 69, 70, 74, 77, 79, 80, 81, 96, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 130, 132, 133, 142, 143, 145, 149, 163, 165, 168, 173, 174, 175, 176, 194

Popular 22, 27, 28, 29, 32, 38, 60, 62, 65, 66, 67, 68, 88, 160, 163

Previdência Social 63, 138, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 162, 163, 164, 178, 179, 180, 181, 200

Q

Questão Agrária 1, 2, 6

Questão Social 2, 6, 26, 52, 56, 60, 72, 75, 76, 77, 78, 80, 83, 84, 91, 93, 95, 96, 104, 107, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 122, 141, 142, 158, 159, 160, 161, 163, 167, 177, 192, 193

Questão Urbana 19, 20, 21, 22, 27, 30, 31, 109

R

Racismo 52, 55, 56, 57, 58, 59, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 132

Refugiados 52, 53, 54, 55, 57, 59, 60, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Refúgio 52, 54, 57, 58, 60, 84, 85, 86, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 105

Rua 24, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 173

S

Saneamento 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 148, 151

Seguridade Social 63, 64, 65, 77, 138, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 162, 169, 178, 179, 181, 200

Serviço Social 6, 15, 16, 17, 18, 20, 24, 28, 39, 43, 51, 60, 70, 71, 84, 94, 95, 107, 112, 113, 116, 117, 118, 120, 127, 128, 136, 145, 146, 150, 157, 158, 159, 167, 168, 169, 170, 189, 190, 195, 200

Sexualização 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Sociedade 2, 3, 5, 6, 7, 8, 13, 16, 21, 22, 23, 30, 31, 47, 51, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 73, 75, 82, 91, 92, 93, 108, 109, 111, 112, 114, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 145, 146, 150, 157, 159, 160, 162, 163, 168, 169, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 185, 187, 190, 191, 192, 193, 194, 198

T

Trabalho 1, 2, 3, 5, 6, 11, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 38, 39, 42, 43, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 64, 69, 74, 75, 76, 79, 84, 89, 93, 94, 95, 96, 100, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 124, 125, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 164, 166, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 192, 195, 197

U

Universidade 1, 17, 19, 28, 38, 39, 51, 52, 62, 84, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 112, 118, 120, 128, 148, 153, 156, 158, 177, 178, 190, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 200

Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020